



Veículo oficial de divulgação da
Associação dos Municípios do Paraná

AMP quer solução rápida para FPM e transporte escolar

Durante reunião no Tribunal de Contas, a diretoria da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) pediu a reposição das perdas acumuladas em 2010 pelas prefeituras relativas ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e o custeio integral do transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino. “Não é justo é que os prefeitos sejam os únicos prejudicados por todos os erros que acontecem e que são cometidos, muitas vezes, por erros técnicos”, comentou o presidente da AMP e prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel Junior. Na mesma reunião, o presidente do TC, conselheiro Hermas Brandão, divulgou estudo sobre a situação financeira dos municípios e lançou o Boletim Conjuntura Municipal do TCE.



• Pág. 3

Fadel, durante reunião das lideranças municipalistas no Tribunal de Contas do Paraná: “Não é justo é que os prefeitos sejam os únicos prejudicados por todos os erros que acontecem”.

Bancada federal do Paraná declara apoio à Emenda 29



O encontro dos prefeitos com a bancada: união de forças em benefício dos municípios paranaenses.

A 13ª Marcha dos Prefeitos em Brasília teve um resultado altamente favorável para a diretoria da AMP. A maioria dos deputados federais do Estado apoiaram a proposta da Associação de trancar a pauta da Câmara para garantir a aprovação da Emenda 29, que estabelece mais recursos para a saúde. Na reunião, foi formada uma comissão para articular a proposta em defesa da aprovação da emenda junto aos líderes dos partidos na Câmara

• Pág. 7

Prefeituras gastarão R\$ 153,7 mi com estudantes da rede estadual de ensino

• Pág. 2

Centauro divulga atendimento gratuito do DPVAT

• Pág. 4

Itaú oferece planos de previdência especiais a servidores

• Pág. 5

Transporte escolar pode custar R\$ 153,7 milhões no PR em 2010

Municípios brasileiros assumem 75% do serviço, segundo União dos Dirigentes Municipais da Educação

O custo com o transporte dos alunos da rede pública no Paraná pode chegar a R\$ 153,7 milhões em 2010. A estimativa consta de levantamento divulgado pelo presidente nacional da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Carlos Eduardo Sanches, na mesma reunião com o Tribunal de Contas, no dia 11 de maio. "O dado reflete uma estimativa feita a partir da realidade da Prefeitura de Castro, onde cada aluno gera uma despesa anual de R\$ 682,00 no transporte até a escola", justificou.

Ainda de acordo com este levantamento, de cada R\$ 10 investidos em transporte escolar no Brasil, R\$ 7,50 são custeados pelos municípios. Além da despesa fixa, como os salários dos servidores, os gestores ainda precisam conciliar os gastos com a manutenção da frota, compra de combustível e manutenção de peças e pneus danificados nas estradas rurais. "É muito difícil executar o serviço com os recursos que recebemos atualmente", comentou.

Neste ano, 225.455 estudantes paranaenses devem utilizar o transporte escolar na rede pública de ensino estadual e municipal. Quase um terço da despesa prevista será custeada com recursos estaduais (R\$ 27,3 milhões) e federais (R\$ 22,7 milhões), totalizando R\$ 50 milhões - ou 32,4% do total. A distribuição desses recursos varia de acordo com a área do município, população rural e percentual de habitantes abaixo da linha da pobreza.

Investimento insuficiente

O repasse às prefeituras é, em 2010, 11% maior que no ano passado, mas ainda não é suficiente, segundo o vice-presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Gabriel Samaha. A lei exige que 25% da receita dos municípios seja aplicada em educação mas, em Pitanga, só o gasto com o transporte de alunos, muitos deles residentes em áreas rurais, chega a 15% da arrecadação anual.

"Em casos assim, a construção de novas escolas e creches, a ampliação do número de salas de aulas e investimentos em infraestrutura escolar ficam pre-judicadas", afirmou Samaha, que também é prefeito de Piraquara, onde a despesa com transporte escolar gira em torno de R\$ 4 milhões ao ano. A AMP sugere que uma das soluções seria o governo do Estado custear integralmente o transporte escolar dos alunos da rede estadual hoje, assumido parcialmente pelas prefeituras.

(Assessorias de Comunicação do TCE e da AMP)



Sanches, presidente da Undime nacional: "É muito difícil executar o serviço com os recursos que recebemos atualmente"

EXPEDIENTE



Distribuição gratuita
JORNAL

Veículo oficial de
divulgação da
Associação dos
Municípios do Paraná

Jornalista responsável:

Aurélio Munhoz.

Reg. Mtb: 2.635/PR

Edição e revisão:

Aurélio Munhoz

Diagramação e edição eletrônica:

Marcos Scotti

scotti@enter.com.br

Gráfica: Kugler Artes Gráficas.

Tiragem: 2 mil exemplares

Distribuição gratuita

Undime rejeita ingresso aos 5 anos

A Undime assinou a carta da Rede Nacional Primeira Infância pedindo a rejeição ao Projeto de Lei PL nº 6755/ 2010, que estabelece o ingresso das crianças no ensino fundamental aos cinco anos de idade. O projeto tramita na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Para a Undime e as demais entidades que integram a Rede, antecipar o ingresso da criança ao ensino fundamental é colocar em risco a infância.

Neste período, devem ser trabalhadas brincadeiras e atividades lúdicas e o aprendizado deve respeitar as características da idade. Esse processo é fundamental para garantir o bom desenvolvimento da criança. Além do impacto na infância, a mudança impõe novas exigências às redes municipais de educação, como, por exemplo, um grande esforço na formação de seus professores. *(Assessoria de Comunicação da Undime nacional)*

Prefeitos do Paraná cobram solução urgente para FPM e transporte escolar

Tribunal de Contas do Estado divulga situação financeira dos municípios e lança Boletim Conjuntural

A diretoria da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) intensificou seu trabalho em defesa das 399 prefeituras paranaenses neste mês. Durante reunião no Tribunal de Contas, a diretoria fez duas cobranças urgentes e de extrema importância para os municípios. Ao governo federal, a diretoria pediu a reposição das perdas acumuladas em 2010 pelas prefeituras relativas ao FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Ao governo do Paraná, a AMP solicitou o custeio integral do transporte escolar dos alunos da rede pública de ensino.

Na mesma reunião, o presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Conselheiro Hermas Brandão, promoveu Audiência Pública para a divulgação do estudo “Situação das finanças dos Municípios do Paraná em 2009”. De acordo com o estudo, por causa da crise econômica mundial, os municípios paranaenses investiram no ano passado R\$ 421 milhões a menos que no ano anterior – uma queda de 27,6%. Entre 2005 e 2008, os investimentos das prefeituras paranaenses aumentaram 123,4%, passando de R\$ 684 milhões para R\$ 1,528 bilhão.

Depois, Hermas lançou o Boletim Conjuntura Municipal do TCE. “O Tribunal está colocando informações cada vez mais completas à disposição dos municípios, para orientar as administrações públicas. Os dados divulgados aqui formam um conjunto representativo de informações, que contribuirão de forma decisiva para o desenvolvimento das ações previstas nos orçamentos”, comentou.



Hermas (ao microfone): informações completas à disposição dos municípios.

Ainda neste encontro, o diretor-executivo nacional e o chefe da Unidade Regional do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), respectivamente Sergio Cortes e Sinval dos Santos, explicaram os preparativos adotados pelo órgão para a realização do Censo Populacional de 2010.

Defesa dos prefeitos

O presidente da AMP e prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel Junior, elogiou o estudo do Tribunal de Contas e chamou a atenção para o fato de que os prefeitos geralmente são os únicos penalizados pelos órgãos de fiscalização das contas públicas. “É claro que acontecem coisas erradas em alguns municípios, mas eu posso afirmar que a quase totalidade dos prefeitos são honestos. O que não é justo é que os prefeitos sejam os únicos

prejudicados por todos os erros que acontecem e que são cometidos, muitas vezes, por erros técnicos e não por má fé dos governantes”, comentou.

O vice-presidente da AMP e prefeito de Piraquara, Gabriel Samaha, também defendeu os prefeitos. “Não vejo que a falta de recursos para o transporte escolar, por exemplo, seja um problema de má gestão das prefeituras. É um problema da insuficiência dos repasses feitos pelo governo do Estado”, comentou. Estudo feito pela Undime (leia mais na página 2) aponta que o custo com o transporte dos alunos da rede pública no Paraná pode chegar a R\$ 153,7 milhões em 2010; o repasse do governo deve ser de R\$ 50 milhões. Na reunião, os prefeitos formaram uma comissão para negociar o aumento dos recursos junto ao governo do Estado.

AMP e Câmara Ítalo-Brasileira fecham acordo

Na mesma cerimônia, no Tribunal de Contas do Paraná, Moacyr Elias Fadel Junior assinou três convênios. Um deles, com o presidente e o vice-presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria do Paraná, respectivamente Roberto Colliva e Luiz Fernando Carbonera, para estreitar as relações comerciais e culturais entre empresas italianas e brasileiras.

“A Itália saiu da crise econômica que atingiu o planeta mais fortalecida e poderá ajudar muito o Brasil com suas experiências. Tenho a certeza de que a parceria que estamos iniciando agora será bem sucedida”, disse Colliva. O cônsul da Itália no Paraná e em Santa Catarina, Salvatore di Venezia, foi o convidado especial do ato.

Itaú e Centauro



Colliva (à direita) e Fadel: aproximação entre empresas brasileiras e italianas.

Outro convênio foi firmado com o diretor de Previdência Corporate do Banco Itaú, Paulo Ribas Chaves, destinado à divulgação dos planos de previdência do banco junto aos servidores públicos municipais (leia matéria completa na página 5). Finalmente, o presidente da AMP assinou convênio com o presidente da AMP e diretor de Suporte e Controle da Centauro Vida e Previdência S/A, respectivamente Ricardo Iglesias Teixeira e Aroldo Carneiro, para a divulgação das ações de orientação da empresa relacionadas ao DPVAT no Paraná (leia matéria completa na página 4). O diretor do Sincor/Pr (Sindicato dos Corretores de Seguros do Paraná), Artur Oscar Nogueira Hoff, também foi signatário do documento.

Centauro e AMP assinam convênio para atendimento gratuito do DPVAT

Prefeituras serão informadas sobre maneira de orientar população corretamente



Iglesias, ao lado de Moacyr: "Muita gente desconhece seus direitos".

A Centauro Vida e Previdência, o Sincor/PR (Sindicato dos Corretores de Seguros do Paraná) e a AMP (por meio do seu presidente, Moacyr Fadel Junior) assinaram convênio para a divulgação do atendimento gratuito DPVAT. "Por meio desse convênio, todas as prefeituras poderão assinar um termo de adesão para a divulgação do atendimento gratuito às vítimas de acidentes. A prefeitura é um ponto de referência importante para quem precisa do serviço e tem condições de orientar a população, já que o DPVAT é um direito do cidadão", afirmou o diretor da empresa, Aroldo dos Santos

Carneiro.

O DPVAT (Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestre) foi criado com o objetivo de garantir indenização em caso de morte e/ou invalidez permanente às vítimas de acidentes causados por veículos, além do reembolso de despesas médicas.

Para o presidente da Centauro Vida e Previdência, Ricardo Iglesias Teixeira, o DPVAT é o seguro mais democrático que existe, já que todos os brasileiros estão cobertos. "A Centauro é referência no atendimento DPVAT. Mas sabemos que muita gente ainda desconhece seus

direitos. Por isso acreditamos nesta parceria com a AMP. Temos certeza que todos os prefeitos vão entender a abrangência social deste trabalho e vão querer que o cidadão do seu município tenha este serviço gratuitamente".

Gratuito

A prefeitura que aderir ao convênio não prestará o atendimento diretamente e sim dará a orientação para que o cidadão exerça seu direito sem custo algum. "Quando o beneficiário não conhece seus direitos e não sabe a quem recorrer, pode acabar pagando para receber o seguro e isso é errado. Precisamos trabalhar fortemente a divulgação e fortalecer a nossa rede de parcerias. A prefeitura tem papel fundamental neste convênio, que é o de encaminhar o beneficiário para o atendimento", esclareceu Márcio Henrique Guilherme, gerente Dpvat da Centauro Vida e Previdência.

Nos próximos dias, a seguradora vai enviar para todas as prefeituras uma correspondência e o Termo de Adesão para a implementação efetiva do convênio. "Queremos que esse processo seja ágil e simples. Todos os dias tem algum beneficiário que precisa do DPVAT e não sabe como o seguro funciona". A prefeitura que aderir ao convênio receberá orientação e material para divulgação do DPVAT (cartazes e folders) com os endereços para o atendimento da população.

A Centauro Vida e Previdência tem sede em Curitiba e participa do Consórcio DPVAT desde 2004. Por meio do Projeto Corretor (corretoras parceiras que atendem a população, montam o processo e encaminham para as unidades da empresa em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro) e dos convênios com 24 Sincor's, atua em todo o Brasil. Em 2009 a companhia recebeu 55.325 processos DPVAT, que beneficiaram 58.372 pessoas. O total das indenizações chegou a R\$ 247.633.083,41.

(Assessoria de Comunicação da Centauro Vida e Previdência)

Itaú fecha parceria para oferecer plano de previdência aos servidores municipais

Acordo garante taxas reduzidas e dispensa de pagamento de IR durante período de contribuição

A cada ano, cresce o interesse dos brasileiros pela Previdência Complementar, que permite planejar o futuro com mais recursos à disposição seja para a aposentadoria, seja para realização de projetos. Ótimo investimento de longo prazo, a Previdência permite acumular recursos com segurança e ótima rentabilidade.

Pensando nisso, a Associação dos Municípios do Paraná acaba de fechar uma parceria com o Itaú para oferecer aos servidores municipais, ligados às prefeituras, um plano de previdência com vantagens especiais.

A negociação da parceria foi realizada por intermédio da superintendente comercial Poder Público do Itaú, Márcia Regina Ganho Souza, e o contrato foi fechado e assinado por Moacyr Elis Fadel Junior, presidente da Associação dos Municípios do Paraná, e Paulo Ribas Chaves, superintendente comercial de Previdência do Itaú, em reunião ocorrida em 11 de maio.

Confira abaixo algumas características do plano:

- Os planos estão disponíveis nas modalidades PGBL e VGBL.
- Contratação a partir de R\$ 80,00 mensais;
- Taxas reduzidas que permitem maior rentabilidade dos recursos;
- Não há tributação do Imposto de Renda Semestral durante todo o período de investimento. Assim as aplicações rendem muito mais ao longo do tempo;

Por meio da parceria, os associados também podem contratar um plano especialmente desenvolvido para garantir a formação das crianças: First Flexprev Itaú Empresarial. Nesse plano, o responsável contribui pouco a pouco para que a criança possa, no futuro, fazer suas próprias escolhas e utilizar o recurso da forma que desejar. Esse plano pode ser contratado para filhos, netos, sobrinhos ou afilhados, menores



Chaves (à esq.), com Fadel: vantagens especiais para os funcionários públicos das prefeituras.

de 21 anos, que sejam dependentes econômicos do contratante.

Além disso, os planos Itaú contam com a facilidade de débito em conta corrente para realização das contribuições, sendo que o valor investido é considerado para desconto nas tarifas da conta corrente. Outra comodidade é o acompanhamento do plano através da internet e extratos enviados no endereço cadastrado.

Os planos estão disponíveis para contratação nas agências Itaú, Itaú Personnalité ou Posto de Atendimento Bancário do local de trabalho do servidor.

Se preferir, o associado pode ligar para a Central de Atendimento: 4004 1099 (Capitais e Regiões Metropolitanas) ou 0800 729 1099 (demais localidades), em dias úteis, das 9h às 18h.

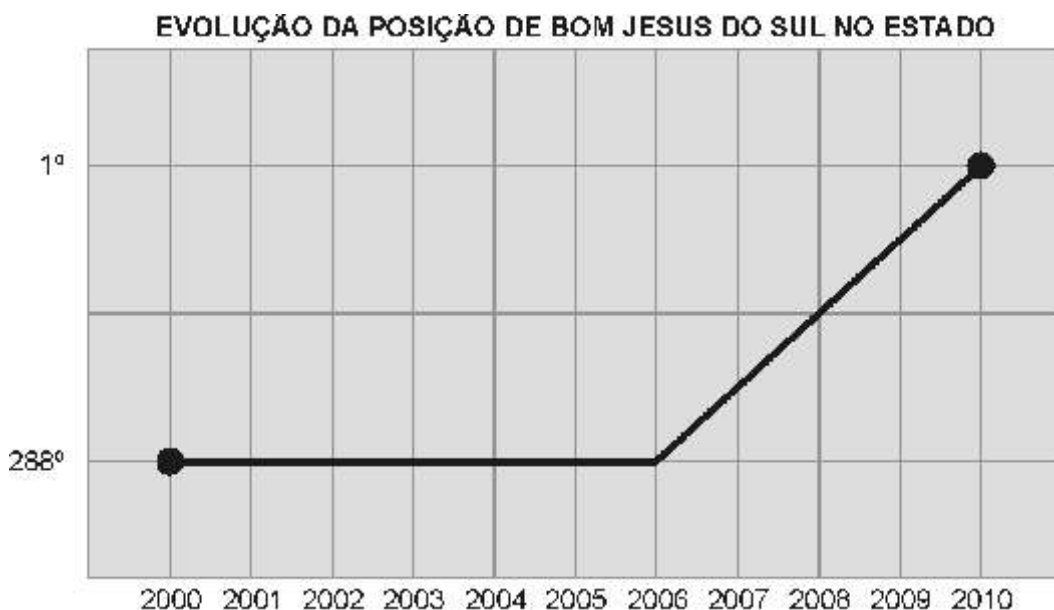
Bom Jesus do Sul é o primeiro do PR em superação do analfabetismo

Das 399 cidades do Estado, apenas 34 conseguiram atingir esta meta

O ano de 2010 está sendo um marco histórico no desenvolvimento social de Bom Jesus do Sul devido aos investimentos e conquistas do município nos diversos setores, especialmente na área de Educação. A cidade, que neste ano implantou o ensino em tempo integral, agora foi certificada, pelo Governo do Paraná, como Território Livre do Analfabetismo.

A solenidade de entrega do certificado foi no dia 20 de abril, no auditório do Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. Participaram da solenidade o governador do Estado, Orlando Pessuti, a secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde, e o prefeito Paulo Deola. No dia 2 de julho, em Bom Jesus, acontecerá a solenidade de entrega do certificado no município, com a presença do governador e da secretária. Apenas 34 dos 399 municípios paranaenses já atingiram o índice de superação do analfabetismo.

Para ser certificado, o município tinha que baixar o índice de analfabetismo para menos de 4%. Bom Jesus do Sul chegou ao índice de 0,43%. O prefeito Paulo Deola



destacou que este índice traduz a real condição do município hoje, que tem menos de 1% da população ainda como analfabetos.

“Para chegar a este resultado, muito além da decisão e da vontade para tal, a administração priorizou a busca de

qualidade na Educação”, disse o prefeito. “Para isso, foi necessário muito planejamento, empenho, dedicação, envolvimento e trabalho das equipes das secretarias municipais porque o programa mobilizou a participação de todos os setores da administração, além da parceria com o Legislativo Municipal, com o Governo do Estado”.

Orçamentos públicos devem assegurar prioridade para crianças e adolescentes

O Ministério Público do Paraná segue firme na sua postura de defesa da criança e do adolescente, dando continuidade ao acordo firmado com a AMP e o Tribunal de Contas do Estado, em setembro do ano passado. Fiel a este posicionamento, o promotor de Justiça Murillo José Digiácomo, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, considerou que é imprescindível a adequação do orçamento público às necessidades específicas da população infanto-juvenil, levando-se em conta as maiores demandas e deficiências na estrutura de atendimento a crianças, adolescentes e suas famílias existentes em âmbito municipal.

Ele também considera que esta atitude é necessária diante das deliberações tomadas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o indispensável auxílio do Conselho Tutelar e a participação da população. “A melhoria das condições de vida de nossas crianças e adolescentes depende do fiel cumprimento, por parte do Poder Público em cada município, das disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Constituição Federal, quanto à proteção integral e à prioridade absoluta à população infanto-juvenil”, disse. (Assessoria de Comunicação do MPE)

Investimentos

Deola salientou que, ainda em 2009, o município já tinha atingido índice necessário, 2,11%, e mesmo assim a equipe de alfabetizadores continuou atuando intensamente, inclusive atendendo nas residências as pessoas que tinham algum tipo de dificuldade durante o processo de alfabetização, chegando ao índice de 0,43%.

Além disso, foram necessários investimentos da prefeitura na adequação de escolas e de espaços de alfabetização, bem como incentivos aos alfabetizandos, como a doação de óculos para quem necessitava. “Houve envolvimento e comprometimento profundos de todos, indo muito além do investimento físico e do cumprimento de uma tarefa, conscientizando as pessoas da necessidade de serem alfabetizadas, pois isso promove um grande salto em qualidade de vida e cidadania”, afirmou.

AMP obtém apoio da maioria da bancada do PR ao trancamento da pauta para votação da emenda 29

Fadel também pede distribuição mais justa dos recursos referentes aos royalties do petróleo



Fadel (centro), entre Joarez (dir.) e Canziani: demonstração de força.

A diretoria da AMP (Associação dos Municípios do Paraná) obteve uma conquista de grande importância na 13ª Marcha dos Prefeitos em Brasília: o apoio maciço dos deputados federais do Estado à Emenda 29, que estabelece mais recursos para a saúde. Acatando posição apresentada pela AMP e pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios), a maioria da bancada se comprometeu a trancar a pauta na Câmara Federal até que a matéria seja votada.

O apoio foi obtido durante reunião dos prefeitos com a bancada, na qual também foi formada uma comissão para articular a proposta em defesa da aprovação da emenda 29 junto aos líderes dos partidos na Câmara. O grupo é composto pelos deputados Alex Canziani-PTB (coordenador da bancada), Abelardo Lupion (DEM) e Ricardo Barros (PP); e ainda pelos prefeitos de Barracão, Joarez Henrichs (1º secretário da AMP e diretor-financeiro da CNM), de Vitorino, Valdir Picolotto, e de Tibagi, Sinval Ferreira da Silva.

Da reunião com a AMP participaram 19 dos 33 deputados e senadores da bancada paranaense: Abelardo Lupion (DEM), Alex Canziani (PTB), Alfredo Kaefer (PSDB), Assis do Couto (PT), Chico da Princesa (PR), Dilceu Sperafico (PR), Eduardo Sciarra (DEM), Gustavo Fruet (PSDB), Luiz Carlos Haully (PSDB), Luiz Carlos Setim (DEM), Marcelo Almeida (PMDB), Moacir Micheletto (PMDB), Nelson Meurer (PP), Osmar Serraglio (PMDB), Ratinho Junior (PSC), Reinhold Stephanes (PMDB), Ricardo Barros (PP), Rodrigo Loures (PMDB) e Kidekazu Takayama (PSC).

Reivindicações

No mesmo encontro, o presidente da AMP e prefeito de Castro, Moacyr Elias Fadel Junior (PMDB), entregou uma lista de reivindicações aos deputados. Além da defesa da regulamentação da Emenda 29, que possibilitaria um aumento de R\$ 15 bilhões anuais em recursos para a saúde a todos os municípios brasileiros, os prefeitos pediram aos deputados apoio na luta por uma melhor distribuição dos royalties do petróleo, já que apenas 29 municípios de 5 Estados recebem anualmente cerca de R\$ 8 bilhões.

“Não podemos mais aceitar que os municípios continuem assumindo despesas que não são suas e que não tenham sequer a possibilidade de ter acesso aos recursos dos petróleo, que são nossos por direito”, comentou Fadel a uma platéia composta por prefeitos de todas as regiões do

Paraná.

O prefeito Joarez Henrichs defendeu a proposta de que o movimento municipalista faça uma pressão intensa para garantir que a emenda 29 seja aprovada o mais rapidamente possível. “O governo federal está fazendo uma forte pressão para que a emenda não seja aprovada. Precisamos mostrar força e nos unir contra isso”, sugeriu.

A proposta recebeu o apoio do coordenador da bancada, Alex Canziani, que defendeu uma mobilização urgente dos prefeitos em defesa da Emenda 29. Ele afirmou que todos os deputados e senadores do Paraná apóiam a causa, embora nem todos tenham concordado em trancar a pauta de votações. “Temos que fazer pressão agora, antes do início do recesso, para garantirmos que o projeto seja aprovado ainda neste ano”, propôs.

Saúde perdeu R\$ 57 bilhões

A Emenda 29 é importante porque fixa o percentual mínimo que a União deve aplicar em saúde pública. Somente Estados e Municípios têm esse valor determinado: 12% e 15%, respectivamente. Porém, estudo da CNM mostra que, com a falta dos recursos da União, os Municípios acabam aplicando além do estipulado pela lei. Uma média de 20% e 22% de toda a receita municipal.

O PLP 306/2008 está trancado na Câmara há dois anos por causa da polêmica criação da CSS (Contribuição Social da Saúde). O governo defende a necessidade de se instituir a CSS, mas a oposição é desfavorável ao novo tributo. Pela falta de regulamentação o governo federal deixou de aplicar em saúde, no período de 2008 a 2010, mais de R\$ 57 bilhões. (Assessoria de Comunicação da CNM)

Censo Populacional começará a ser realizado em 1º de agosto

IBGE divulgará dados preliminares na primeira quinzena de dezembro

O chefe da Unidade do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no Paraná, Sinval Dias dos Santos, confirmou que o lançamento do Censo Populacional será em 1º de agosto - um domingo. O trabalho de campo se encerra em 31 de outubro. O IBGE divulgará os dados preliminares na primeira quinzena de dezembro. "Nenhum morador deverá ficar de fora do Censo", afirmou Sinval.

No Paraná, os primeiros entrevistados serão o governador Orlando Pessuti e, em cada cidade, os 399 prefeitos do Estado. O trabalho de preparação do Censo está rigorosamente em dia no Paraná. O Processo Seletivo para Recenseador obteve aproximadamente 52 mil inscrições para 11.162 vagas. No Brasil, serão 191 mil recenseadores.

No dia 31 de julho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará um pronunciamento à Nação pedindo apoio da sociedade ao Censo. Sobre este assunto, Sinval revelou um dado surpreendente. "Por incrível que pareça, as classes de maior poder aquisitivo são as mais resistentes em receber o recenseador, por insegurança, principalmente os condomínios", afirmou o chefe da Unidade do IBGE no Paraná, durante a 3ª reunião da Comissão Censitária Estadual do Estado. "Para evitar que isso aconteça, é importante que a sociedade receba bem os recenseadores".

Além da Comissão Estadual, o IBGE formou Comissões em todas as 399 cidades do Estado para acompanhar o trabalho dos técnicos. É a ela que o prefeito poderá reclamar, caso haja problemas no processo de levantamento das informações. "A comissão é o canal de diálogo com a sociedade", explicou Sinval. Ele garantiu que os técnicos farão um levantamento rigoroso para evitar que alguém seja deixado de fora da pesquisa, visitando, por exemplo, pelo menos duas vezes as casas onde ninguém for encontrado na primeira visita. O cidadão também pode informar seus dados ao IBGE via internet.

Os recenseadores serão facilmente identificados por portar o colete azul e o computador de mão com a logomarca do



Sinval: "Nenhum morador do Paraná deverá ficar de fora do levantamento".

IBGE. Em caso de dúvidas, o morador poderá também perguntar ao recenseador seu número de identificação e confirmar sua veracidade por meio do número de atendimento do Censo - 0800.721.8181.

Divisão territorial

Na reunião, Sinval também falou sobre o término da Divisão Territorial e Mapeamento, que obedeceu ao critério do número de domicílios. Os setores censitários da área urbana terão em média 250 domicílios e da área rural, entre 80 e 120. O Paraná foi dividido em 17.800 setores censitários - 2.387 em Curitiba. Em todos os municípios, os trabalhos do IBGE foram acompanhados por representantes das prefeituras, que visualizaram a definição de seus limites, de acordo com a legislação já aprovada.

A próxima etapa a ser implementada pelo IBGE é a Pré-coleta do Censo 2010. É uma das principais fases de preparação da operação e levará a campo todos os cerca de 25 mil Agentes Censitários Supervisores contratados em todo o País com o objetivo de atualizar os mapas e a listagem de

domicílios do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. Isso otimizará a duração e a qualidade do trabalho durante a coleta do Censo.

Para estimular a participação das crianças na divulgação do Censo 2010 o IBGE lançará o "Vamos Contar!". O projeto foi elaborado por técnicos do IBGE, professores e pedagogos e distribuirá às escolas kits para cada fase escolar, contendo carta aos professores e diretores, guia para o professor, DVD explicativo e mapas políticos do Brasil e do Paraná para cada sala de aula e para as escolas. Com este material, o professor estimulará os alunos a se interessarem pelo tema Censo, além de levar a discussão para suas famílias.

Outras ações e apoios para divulgar as etapas do Censo estão sendo acertadas. Será solicitada a parceria com a Copel e Sanepar para a inserção de mensagens sobre o Censo nas contas mensais endereçadas aos domicílios, com frases que estimulem a boa recepção ao recenseador. (Assessorias de Comunicação do IBGE/PR e da AMP)